

## A imobiliária INSS

Dos 5.133 imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social no país, 2.288 estão vagos ou foram invadidos

Lúcio Vaz e Ricardo Miranda  
Da equipe do Correio

Incompetente para preservar ou vender imóveis, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vê um patrimônio de R\$ 1,64 bilhão se desvalorizar ou mesmo se perder ao longo do tempo. São apartamentos, edifícios, fazendas, terrenos e armazéns classificados como não operacionais — que não servem às atividades fins do órgão. Desses 3.535 imóveis, 1.370 estão invadidos, 918 vagos e 585 em situação não- especificada.

Apesar das sucessivas decisões do governo federal e do Congresso sobre a necessidade de venda desse patrimônio, apenas 18 imóveis foram alienados no período de 2000 a 2003. No Rio, onde ficam 40% dos imóveis do INSS, muitos dentro de favelas controladas pelo tráfico de drogas, uma das situações mais dramáticas é a dos dez armazéns da autarquia. Pelo menos dois, segundo relatório elaborado pelo deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara, estão completamente abandonados, ocupados irregularmente por moradores de rua e criminosos.

Um galpão, na Rua Matupiri, em Benfica, avaliado pelo INSS em cerca de R\$ 1 milhão, ainda guarda velhos arquivos de metal e livros de registros. Segundo testemunhas, o local é usado por traficantes, como provam marcas nas paredes pichadas com a sigla CV, da facção criminosa Comando Vermelho.

Os imóveis operacionais — utilizados por gerências e agências da Previdência Social — são apenas 983. A reserva técnica conta com 247 unidades. Mais 368 imóveis funcionais são destinados a servidores ativos do INSS em Brasília. Esse segundo grupo totaliza 1.598 imóveis, com valor estimado em R\$ 1,31 bilhão. Ao todo, o patrimônio imobiliário do INSS soma R\$ 2,94 bilhões. Em sua maioria, os 5.133 imóveis foram adquiridos como forma de lastro para o pagamento futuro de aposentadorias e pensões ou entregues por devedores da Previdência.

### Baixa rentabilidade

Mesmo possuindo milhares de imóveis, o INSS precisa alugar outros de terceiros para realizar suas operações. Só em 2003 foram pagos R\$ 17,8 milhões pelas 292 unidades alugadas. Essa despesa é praticamente cinco vezes a obtida — R\$ 3,6 milhões — com o aluguel de 321 imóveis do seu patrimônio. Há ainda 391 prédios cedidos a terceiros, incluindo 172 unidades do Serviço Único de Saúde (SUS), o que é expressamente vedado pela legislação.

**"A gestão do patrimônio deve ser satisfatória, sob pena de se impor ônus mais pesados aos contribuintes"**

*Ubiratan Aguiar, ministro do Tribunal de Contas da União*

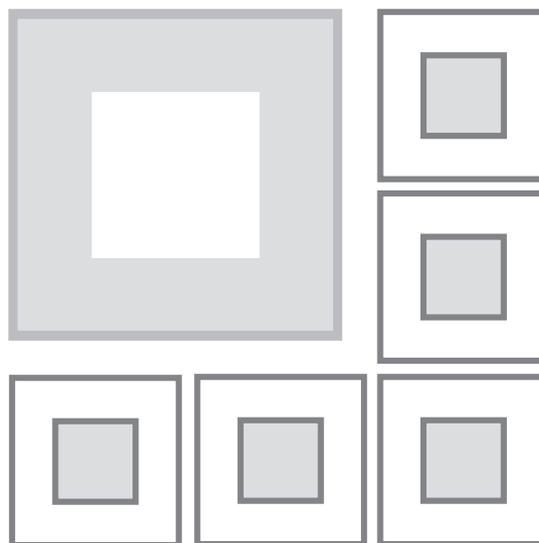
Os imóveis alugados pela autarquia a terceiros apresentam baixa rentabilidade (0,2%), se comparada à média do mercado, que é de 1% sobre o valor do patrimônio. E esse percentual pode ser ainda menor, já que estão disponíveis apenas valores históricos dos prédios e terrenos, que expressam o preço de aquisição ou construção dos imóveis. Uma reavaliação de todo esse patrimônio, para se chegar ao valor de mercado, custaria no mínimo R\$ 6 milhões.

Todos esses dados constam de auditoria sobre os ativos imobiliários do INSS, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no primeiro semestre deste ano. Aprovada pelo plenário do tribunal no dia 29 de setembro, a auditoria constatou “significativa carência” de servidores para atuar na gestão desses imóveis, tanto em quantidade quanto em qualificação. No Rio de Janeiro, por exemplo, que concentra 40% dos imóveis da autarquia, há somente um procurador federal, Daniel Malaguti, acompanhando cerca de três mil processos. São ações de reintegrações de posse, despejos, cobranças, execuções e usucapiões.

### Descontrole

O relator do processo no TCU, ministro Ubiratan Aguiar, afirma que o INSS não dispõe de dados atualizados que permitam à administração central sequer conhecer a real situação de todos os imóveis. “Os sistemas informatizados não atendem satisfatoriamente e os dados ali consignados não são fidedignos. Não há rotina de fiscalização do patrimônio imobiliário, levando-a a ser deficiente, com conseqüências diretas sobre a proteção e preservação dos imóveis.” Além de não gerarem receitas condizentes com seus valores, os imóveis têm consumido parte do orçamento da autarquia com a sua conservação e manutenção. Essa despesa chegou a R\$ 54,8 milhões em 2003. “Ainda que não seja objetivo do INSS fazer as vezes de uma grande imobiliária, a gestão desse patrimônio deve ser satisfatória, sob pena de se impor ônus mais pesados aos contribuintes e aos futuros segurados, haja vista que constituem parte dos recursos que deverão suportar o pagamento de benefícios”, diz o relatório de Aguiar. O TCU determinou que o INSS mantenha o tribunal informado, a cada 90 dias, sobre o resultado das atividades do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Previdência Social para avaliar o patrimônio e dar agilidade ao processo de alienação de imóveis.

(Correio Braziliense - 10/10)



## Jucá: TCU ajudou Tesouro Nacional a economizar R\$ 580 milhões

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) declarou, nesta quarta-feira, que o TCU (Tribunal de Contas da União) proporcionou uma economia de R\$ 580 milhões aos cofres do Tesouro Nacional, somente no segundo trimestre deste ano. O grande detalhe dos números revelados pelo parlamentar é que, deste montante, R\$ 490 milhões foram ‘economizados’ a partir de ações de combate à corrupção. Já o restante da quantia (cerca de R\$ 90 milhões) foram resultantes de condenações. As revelações de Jucá aconteceram após o senador receber o relatório das atividades do TCU no segundo trimestre de 2004.

De acordo com informações da Agência Senado, o peemedebista elogiou o TCU pelo fato dele ter cumprido, neste período, 5% de suas metas no geral. No segundo trimestre foram julgados quase 17 mil casos que tratavam de assuntos como admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões. Deste total, 1,7 mil apresentaram algum tipo de irregularidade e acabaram por ter o registro negado. Foram apreciados de forma conclusiva aproximadamente 2,4 mil processos de controle externo e 320 processos de contas foram considerados irregulares, o que representou 48% do total de processos dessa natureza julgados no período. Em conseqüência, 376 responsáveis foram condenados ao recolhimento de débito ou pagamento de multa.

(Diário do Grande ABC - 14/10)